

EMPRESAS DE P&G E A CONVENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

Andrea Raccichini¹
Valéria da Vinha²

¹ Mestrando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ), Grupo de Economia da Energia (GEE) e Bolsista PRH-21 ANP E-mail: andrea.raccichini@pped.ie.ufrj.br

² Professora Associada do Instituto de Economia da UFRJ, Pesquisadora do INCT/PPED. Email: valeriavinha@globo.com

RESUMO

Desde a histórica conferência de Estocolmo (1972) até a recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 (2012), houve um crescente debate a respeito dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente e as condições de vida da sociedade. A reflexão, discussão e operacionalização de âmbito internacional sobre desenvolvimento sustentável ocorreu em múltiplos níveis e viabilizou a difusão de uma crença compartilhada pela sociedade como um todo. Neste sentido, desenvolvimento sustentável pode ser considerada uma nova convenção de mercado, a “convenção do desenvolvimento sustentável (CDS)”, que crescentemente influencia o ambiente de negócios e seus arranjos institucionais, bem como as práticas empresariais e os mapas cognitivos dos agentes econômicos.

O objetivo geral deste ensaio é caracterizar as mudanças na trajetória tecnológica das empresas de P&G influenciadas pela CDS. Será apresentada uma revisão de literatura e alguns exemplos de inovações introduzidas por empresas de P&G capazes de responder as seguintes perguntas, entre outras: Como está se processando a mudança na trajetória tecnológica das empresas de P&G motivada pela CDS? Qual a natureza dessas inovações: incremental ou radical?

Os conceitos de eco-eficiência, proposto por Stephan Schmidheiny (1992), e de *Triple Bottom Line* (3P), por John Elkington (1997), tiveram o mérito de alertar o setor empresarial sobre o potencial inovador da sustentabilidade, embora ainda dentro dos marcos do *mainstream* econômico, e não chegaram a apontar uma direção capaz de agregar valor à empresa. Os trabalhos de Porter & Van der Linde (1995), Hart & Milstein (2003) e Porter & Kramer (2006, 2011) inauguraram uma nova fase, atualmente, em consolidação. Esses trabalhos propõem uma matriz estratégica para a criação de valor que gere benefícios para a sociedade e, sempre que possível, permita a intermediação do Estado. Além disso, assumem como pressuposto que a sustentabilidade é o motor da inovação e, portanto, da competitividade. Nesta linha de argumentação, apontam ainda que as políticas e práticas fundamentadas na sustentabilidade são capazes de incrementar a competitividade da firma melhorando as condições socioeconômicas das comunidades através da criação de valor compartilhado (VC).

Concluimos que a resposta do setor empresarial à CDS evoluiu do *Business as usual* à Eco-eficiência, desta ao *Triple Bottom Line* e, finalmente, ao Valor Compartilhado e que o setor de P&G acompanha esta trajetória, conforme apresentamos no nosso artigo.